

Formas transitórias do poder político na Bolívia: do surgimento da COB (1952) à Assembleia Popular (1971)¹

*Soraia de Carvalho*²

RESUMO

Este artigo trata da análise de duas experiências de dualidade de poderes ocorridas na Bolívia. A primeira ocorreu no bojo da Revolução Nacional de 1952, em que o exército foi dissolvido e substituído por milícias operárias e foi fundada a Central Operária Boliviana (COB). A central surgiu com um funcionamento que extrapolava as funções sindicais, convertendo-se em uma organização de tipo soviético. A outra experiência é a Assembleia Popular, de 1971, criada em meio a uma crise de hegemonia em que os trabalhadores tentaram criar um organismo de poder próprio, com o objetivo de tomar o poder, recusando a via do co-governo, que em 1952 levou o movimento a se subordinar à direção do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Identificaremos como se manifestou a tradição de auto-organização, presente na organização comunal dos ayllus, nos Cabildos do período colonial e nas experiências do movimento operário boliviano e internacional. Pretendemos retomar o debate sobre as formas transitórias do poder político que, dentro da teoria marxista do Estado, preparariam sua extinção.

Palavras-chave: Dualidade de poderes, Bolívia, Estado e luta de classes.

¹ Trabalho apresentado no Quinto Congresso Uruguaio de Ciência Política, “Que ciência política para que democracia?”, da Associação Uruguaia de Ciência Política, realizado de 7 a 10 de outubro de 2014, em Montevideo, Uruguai.

² Docente na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutoranda em Ciências Sociais pela mesma universidade e bolsista CAPES/DS. Pesquisadora do Grupo de Estudos de Política da América Latina Contemporânea (GEPALC/UFPB), do Grupo de Estudos de Política na América Latina (GEPAL/UEL) e do Grupo Práxis/UFCG. End. Eletrônico: soraiadecarvalho@hotmail.com

Formas transitórias do poder político na Bolívia: do surgimento da COB (1952) à Assembleia Popular (1971)

INTRODUÇÃO

Este artigo trata da análise de duas experiências de dualidade de poderes ocorridas na Bolívia. A primeira ocorreu no bojo da Revolução Nacional de 1952, em que o exército foi dissolvido e substituído por milícias operárias e foi fundada a Central Operária Boliviana (COB). A central surgiu com um funcionamento que extrapolava as funções sindicais, convertendo-se em uma organização de tipo soviético. A outra experiência é a Assembleia Popular (AP), de 1971, criada em meio a uma crise de hegemonia em que os trabalhadores tentaram criar um organismo de poder próprio, com o objetivo de tomar o poder, recusando a via do co-governo, que em 1952 levou o movimento a se subordinar à direção do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Identificaremos como se manifestou a tradição de auto-organização, presente na organização comunal dos ayllus, nos Cabildos do período colonial e nas experiências do movimento operário boliviano e internacional. Pretendemos retomar o debate sobre as formas transitórias do poder político que, dentro da teoria marxista do Estado, preparariam sua extinção.

Pretendemos, com estas experiências, retomar o debate sobre as formas transitórias do poder político que, dentro da teoria marxista do Estado, preparariam sua extinção. Tanto a organização em torno da COB, em 1952, como a Assembleia Popular de 1971 diferenciam-se das formas de transição propostas e colocadas em prática nos outros países latino-americanos durante o período em questão. Diferenciam-se das frentes populares, que tiveram no governo de Salvador Allende sua forma mais dramática que apontou a inviabilidade da via pacífica ao socialismo; mas também da tese foquista, que após a Revolução Cubana influenciou vários grupos de esquerda. Ao mesmo tempo, em outros países da América Latina houve outras experiências de embriões de duplo poder como a multiplicação das comissões de fábricas, por parte dos operários argentinos, a partir do Cordobazo, em 1969, e as iniciativas dos Cordões industriais no Chile da década de 1970, que apontavam para a superação da via proposta por Allende.

Outra trilha que pretendemos percorrer é a do movimento operário internacional que, pela particular politização do movimento social boliviano, esteve

presente nos debates, sobretudo da AP. Em relação às experiências práticas de duplo poder, ao longo da pesquisa examinaremos a Comuna de Paris de 1871 e os Sovietes, sobretudo na Revolução Russa de Outubro de 1917. Pretendemos também analisar o debate em torno do conceito de dualidade de poderes nas obras de Karl Marx, Friedrich Engels, Rosa Luxemburgo, Vladimir Ilitch Lenin, António Gramsci e Leon Trotsky.

Formação social boliviana

O atraso do capitalismo boliviano manifesta-se principalmente no campo, onde apenas em 1952 foram abolidas formalmente as relações servis. Soma-se a isto a manutenção das formas comunitárias e indígenas de produção no setor agrícola. Os mineiros estavam vinculados ao setor mais moderno da economia boliviana, conectado com os centros econômicos mundiais. Em relação às classes dominantes³, o país passa da condição de colônia à de semicolônia, posteriormente, quando sua economia é incorporada ao mercado mundial nos fins do século XIX, coincidindo com a consolidação da fase imperialista do capitalismo. Aldo Durán Gil considera que, no início da década de 1960, há a ascensão da hegemonia política do grande capital monopolista norte-americano, após a derrota definitiva do populismo clássico na América Latina, o que na Bolívia se dá nos golpes militares de 1964 e 1971.

A dimensão internacional do Golpe Militar de agosto de 1971 e os negócios que se estabeleceram na sequência, mostram o aprofundamento do domínio do capital monopolista norte-americano, presente nos setores extrativo-exportador (minérios e petróleo), comercial, bancário e financeiro. Isto levará a uma intervenção econômica de ataque ao capital público e nacionalizado e a maximização da extração de matérias primas e lucros a curto e médio prazo. Esta característica do capital financeiro vinculado à extração e exportação bloqueou o desenvolvimento industrial na região. A fração burguesa que correspondia à indústria, nos momentos de crise, tendia a se aliar com os setores nacionalistas. O capital agroexportador concentra-se principalmente em Santa Cruz e suas frações se apresentam aliadas ao capital monopolista norte-americano, seu regionalismo confronta-se com o centralismo paceño, concentrado na capital La Paz, correspondente ao setor mineiro-exportador. Esta luta demonstra as contradições no seio

³ Utilizamos o referencial teórico de Nicos Poulantzas sobre bloco no poder, “designando uma aliança específica das classes e frações de classe dominantes” (POULANTZAS, 1978, pp.25.26). Assim como os conceitos de classes-apoios para avaliarmos, principalmente a atuação do campesinato ao longo do período investigado; e hegemonia e crise de hegemonia tanto no interior do bloco no poder, como na totalidade da formação social analisada (Cf. POULANTZAS, 1977, 1978a, 1978b).

do bloco no poder (DURÁN GIL, 2003, p. 131-151) e somadas à aguda luta de classes levam a uma sucessão de eleições e golpes.

Na história política boliviana, os golpes e contragolpes são recorrentes. Sendo entremeados por levantes, insurreições e intentos de revoluções. Da independência, em 1825, ao final da última ditadura militar, em 1982, houve 193 golpes de Estado, cifra que também inclui as tentativas frustradas. Aldo Durán Gil procurou apresentar as raízes desta instabilidade. Inicialmente demarca o peso da estrutura jurídico-política em uma formação social atrasada, em que as crises políticas tendem a uma maior intensidade. As causas deste fenômeno seriam:

- 1) a presença de relações pré-capitalistas de produção (conservação do latifúndio e da produção camponesa) que coexistem com o modo de produção capitalista que domina a formação social; 2) o papel fundamental que exerce o Estado – ao acelerar ou retardar as transformações econômicas e políticas capitalistas – no processo de transição capitalista periférica (2003, p.18).

Em *Causas de la inestabilidad política y de la crisis de las Fuerzas Armadas*, Guillermo Lora⁴ aponta que a instabilidade e o caudilhismo se assentam no fraco desenvolvimento capitalista e na ausência de democracia burguesa. Neste livro, Lora relaciona as crises institucional e ideológica das forças armadas com a crise da burguesia boliviana, que no processo aberto pela Revolução Nacional de 1952 mostrou-se incapaz de “transformar o país nos moldes capitalistas e impor a democracia política burguesa (defesa da constituição democrática, periódica sucessão governamental via sufrágio universal etc.)” (2003, p. 20). Junto com a incapacidade em se constituir como

⁴ Nossos principais interlocutores serão Guillermo Lora e René Zavaleta Mercado. Lora morreu em maio de 2009, com 87 anos, era dirigente do Partido Operário Boliviano (POR), trotskista. Possui vasta elaboração teórica sobre a formação social boliviana, suas obras completas somam 69 volumes. Atuou desde a juventude no POR, acompanhando, entre os mineiros a elaboração das Teses de Pulacayo, em 1946. No ano seguinte, atuou nas eleições em uma frente entre o POR e a FSTMB, que elegeu dez deputados operários que tinham como propósito o uso do parlamento como tribuna revolucionária. Por meio do partido, atuou na Revolução de 1952 e seus desdobramentos; compôs o Comando Político da COB, que deu origem à Assembleia Popular, em 1971. Seus escritos também acompanham criticamente a ascensão de Evo Morales à presidência do país andino. René Zavaleta Mercado (1937-1984) foi um militante e sociólogo boliviano. No início da década de 1960, chegou a se declarar como um trotskista sem partido, na sequência ingressou no MNR, tendo chegado a ser Ministro de Minas e Petróleo, em 1964, sob a presidência de Victor Paz Estensoro. Durante a criação da AP, estava militando no MIR, um grupo com influências foquistas, que manteve uma postura crítica em relação à AP. Nesta segunda fase, posteriormente filiou-se ao Partido Comunista da Bolívia, ampliou sua formação acadêmica na Universidade de Oxford, na Inglaterra e na Universidade Autônoma do México. Em um terceiro período de produção intelectual, aproxima-se da concepção gramsciana e agregará vários intelectuais latino-americanos, exilados, em torno da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais (FLACSO), com sede no México, da qual foi diretor de 1976 a 1984.

burguesia nacional e conquistar a soberania do Estado, faltou a esta burguesia a possibilidade de criar forças armadas com uma doutrina militar autônoma e consistente. Diante da fraqueza da burguesia boliviana, é recorrente a busca do exército para conquistar certa unidade e a via do golpe militar para resolver a sucessão governamental. Já René Zavaleta Mercado considera a instabilidade como elemento constitutivo do Estado boliviano, como reflexo de uma sociedade atrasada e “abigarrada”, termo que usa no sentido de uma sociedade invertebrada, com diferentes modos de produção superpostos. Assim, o Estado seria instrumentalizado diretamente pelas classes dominantes.

Ao falarmos de crise de hegemonia, nos referimos ao referencial teórico de Nicos Poulantzas que caracteriza como o momento em que:

nenhuma classe ou fração de classe dominante parece capaz de impor, seja pelos seus próprios meios de organização política, seja por intermédio do Estado “democrático-parlamentar”, a sua “direção” às outras classes e frações do bloco no poder (POULANTZAS, 1978b, p.78).

A crise de hegemonia que atravessa o bloco no poder, para Poulantzas, compromete a dominação política sobre o conjunto da formação social. Por bloco no poder, o autor designa “uma aliança específica das classes e frações de classe dominantes” (POULANTZAS, 1978a, pp.25-26). Esta aliança, porém, não elimina as inevitáveis contradições, alianças políticas podem ser acompanhadas de intensa luta econômica entre estas classes (POULANTZAS, 1977, p.236).

Antecedentes de auto-organização

Buscamos as raízes do caráter soviético da COB, em sua origem, e da Assembleia Popular, investigando as rupturas e continuidades em sua relação com as formas de auto-organização presentes na história boliviana. Nosso ponto de partida são os *ayllus*, característicos da “democracia andina”. O “sistema de autoridades do *ayllu* engloba funções governativas e auxiliares/especializadas. As autoridades são eleitas num sistema de turnos rotativos” (ANDRADE, 2002, p.21). Regula conflitos sobre a terra, direitos familiares, conflitos matrimoniais, organiza junto com a Assembleia comunal o sistema de rotação de cultivos e os distintos serviços de prestação de trabalhos. Segundo Silvia Rivera (*apud* ANDRADE, 2002, p.21) permanecem como formas autônomas de autogoverno local com políticas sociais e econômicas próprias. Apesar de ser a prática organizativa de comunidades indígenas pré-capitalistas, acabam tendo continuidade nas comunidades camponesas/indígenas, nos sindicatos indígenas, e

mantém um traço de continuidade com outros momentos em que os trabalhadores, camponeses e indígenas recorreram à auto-organização (ANDRADE, 2002, p.21; KLEIN, 1995, pp.18-19; SAAVEDRA, 1998, p.31). Analisaremos que esta experiência ancestral marca também o movimento operário, uma vez que: “o operário boliviano é ao mesmo tempo o índio do altiplano” (ANDRADE, 2002, p.14), evidentemente transformado ao ingressar nas minas, setor chave da economia do país.

É importante apresentar também os Cabildos Abertos, assembleias populares que mesmo sendo parte da estrutura administrativa da Colônia, em alguns momentos devolveram parte do poder às comunidades indígenas e em outros se constituíram em focos de resistência, convertendo-se em pequenos fóruns de autogoverno, sustentando uma prática paralela e até mesmo oposta ao Estado (ANDRADE, 2002, p.22; LORA, 1986, p.25).

A aprovação das Teses de Pulacayo em 1946

A Bolívia é um país de economia capitalista, semicolonial, em que convivem formas de produção pré-capitalistas (as relações servis foram formalmente abolidas apenas em 1952) com setores altamente desenvolvidos, expressão do desenvolvimento desigual e combinado. Destaca-se no país a particular politização do movimento operário desde o início do século XX e a radicalidade das massas populares, que tendem a ganhar as ruas, protagonizando inúmeras insurreições, levantes, marchas massivas, priorizando, em suas práticas, os métodos de ação direta.

Antes de apresentarmos a Revolução Nacional de abril de 1952, retrocederemos brevemente na década anterior em que o congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos aprovou as *Teses de Pulacayo*, em 1946. Estas teses tinham a peculiaridade de aplicar a concepção marxista-leninista-trotskista a um país latino-americano, em um contexto em que, internacionalmente, o movimento socialista era hegemônico pela socialdemocracia e os Partidos Comunistas estalinizados.

Os partidos que disputam a direção das massas, neste período são o Partido Operário Revolucionário (POR), fundado em 1935, de orientação trotskista; o Partido da Esquerda Revolucionária (PIR), criado em 1940, de orientação estalinista; e o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), que surge em 1941, expressão do nacionalismo burguês. O PIR defendia que na Bolívia atrasada e semifeudal só caberia a defesa de uma revolução democrático-burguesa como primeira etapa do processo

revolucionário e que a segunda etapa, de caráter socialista, estava resguardada para um futuro incerto, após um longo período de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas industriais e do regime democrático. À revolução por etapas correspondia a tática das frentes populares com setores da burguesia.

As Teses de Pulacayo são aprovadas em meio aprofundamento da crise econômica mundial e logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-45). Na Bolívia, vive-se o contexto do governo de Gualberto Villarroel (1943-1946) e o denominado Sexênio Rosquero (1946-1952). A oligarquia da mineração dominava e era chamada de “Rosca” pelo estrangulamento que provocava na economia nacional e sobre as condições de vida dos trabalhadores. A crise abre caminho para o fortalecimento do movimento operário e das organizações de esquerda no país. O governo Villarroel-MNR foi derrubado em 1946 e substituído por um governo de aliança do PIR estalinista com a “Rosca”. A adaptação da política ditada em Moscou levou o PIR a considerar o governo da Radepa (Razón de Patria) com o MNR como nazi-fascista e convocar a unidade nacional. Lora destaca, porém, que a “rosca” nem mesmo expressava a burguesia nacional, mas sim um setor estreitamente vinculado com o imperialismo (LORA, 1984, p.5).

A Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB) foi fundada em 1944, no contexto de fortalecimento da organização dos trabalhadores após o Massacre de Catavi. O ano de 1946 foi marcado por greves e mobilizações de grandes dimensões. Em novembro, foi chamado um Congresso extraordinário da FSTMB, na mina de Pulacayo. Um documento, depois popularizado como Teses de Pulacayo, foi elaborado em conjunto por mineiros e militantes do POR e aprovado pelo Congresso da FSTMB. O documento apresentava uma análise marxista do desenvolvimento histórico do país semicolonial e uma plataforma programática de luta, de acordo com o método do Programa de Transição da IV Internacional.

Dentro do amálgama dos mais diversos estágios de evolução econômica, predomina qualitativamente a exploração capitalista, e as outras formações econômico-sociais constituem herança de nosso passado histórico. Dessa evidência, decorre o predomínio do proletariado na política nacional (FSTMB, 1946, *tradução nossa*).

As teses colocam claramente o papel do operariado, como a classe revolucionária, que, deve dirigir o campesinato pobre e, por meios da insurreição das massas, constituir um governo operário e camponês. A burguesia nacional boliviana era apresentada como “incapaz de realizar seus próprios objetivos históricos e se encontra ligada tanto aos

interesses do latifúndio como do imperialismo” (FSTMB, 1946). As tarefas democrático-burguesas como a reforma agrária, unificação nacional, extinção dos desequilíbrios regionais, desenvolvimento das forças produtivas e soberania nacional, seriam parte da revolução proletária.

A consigna de revolução e ditadura proletárias elucida o fato de que será a classe operária o núcleo diretor de dita transformação e de dito Estado. O contrário, sustentar que a revolução democrático-burguesa, por ser tal, será realizada pelos setores “progressistas” da burguesa e que o futuro Estado encarnará a fórmula de governo de unidade e concórdia nacionais, põe de manifesto a intenção firme de estrangular o movimento revolucionário nos marcos da democracia burguesa. Os trabalhadores uma vez no poder não poderão se deter indefinidamente nos limites democrático-burgueses e ver-se-ão obrigados, cada dia em maior medida, a dar cortes sempre mais profundos no regime da propriedade privada, deste modo a revolução adquirirá caráter permanente (FSTMB, 1946, *tradução nossa*).

As Teses de Pulacayo apresentam um conjunto de reivindicações transitórias, que estabelecem uma ponte, entre as reivindicações elementares dos oprimidos e a necessidade de acabar com o capitalismo. É dessa maneira que defende o salário mínimo vital, a escala móvel de salários, a escala móvel das horas de trabalho e a redução da jornada. Destacam-se outras posições como a ocupação de minas, o contrato coletivo de trabalho aprovado pelas assembleias e imposto sobre os patrões, a independência sindical diante da burguesia e seus partidos, o controle operário das minas, a autodefesa dos trabalhadores diante da violência do Estado, dos governos e dos capitalistas. Quanto à tática, defende que a luta eleitoral ou parlamentar deve se subordinar à ação direta das massas e ser utilizado segundo a concepção leninista de tribuna revolucionária. O que foi colocado na prática, no mesmo ano, com o bloco mineiro parlamentar (FSTMB-POR), que elegeu 10 deputados e senadores que rapidamente foram perseguidos e expulsos pela Rosca (LORA, 1984, p.29).

As Teses de Pulacayo propunham a constituição de uma Frente Única Proletária (FUP), como um “bloco granítico dos explorados e dos elementos revolucionários”, e “uma necessidade imperiosa de destruir o capitalismo que está unificado em um só bloco” (FSTMB, 1946). A frente era uma arma para afastar as influências burguesas, para mobilizar as massas em direção à revolução proletária. Esta tática, porém, corresponde aos países de capitalismo plenamente desenvolvido, segundo as *Teses gerais sobre a questão do Oriente*, aprovada no quarto congresso da Internacional Comunista (LOS CUATRO, 1973). O pacto entre a FSTMB e o POR mostrou-se limitado por manter-se isolado da maioria da nação oprimida. O próprio

POR fez a crítica e autocrítica desta tática substituindo-a pela Frente anti-imperialista sob a direção política da classe operária, que orientou sua ação nos anos seguintes.

A Revolução Nacional de 1952 e a criação da COB

René Zavaleta defende que nunca, na América Latina, havia ocorrido uma situação histórica tão próxima à dualidade de poderes da Rússia de 1917 do que na Bolívia em 1952 (ZAVALETA, 1977, p.78). A batalha de enormes proporções que levou a derrotar, dissolver e desarmar o exército arrematava as lutas da década anterior. Mesmo com a participação da pequena-burguesia e o que o autor considera como lumpemproletariado, “o centro orgânico dos vencedores está constituído por homens da classe operária, fabris e mineiros” (1977, p. 79).

O que o MNR havia concebido como um golpe palaciano, mobilizando regimentos e ganhando apoio de parte da burocracia estatal, após a Rosca impedir que assumissem a presidência, conquistada nas eleições de 1951, converteu-se em uma insurreição popular. A atuação do POR, ainda que sua organização débil não correspondesse ao seu programa, foi a de fortalecer a democracia operária, a luta pela via da ação direta, apoiando-se na formação de milícias e orientando ações instintivas das massas para o caminho programático traçado nas Teses de Pulacayo. No entanto, a pressão das massas nas ruas e a derrota do golpe palaciano produziram uma virada do MNR à esquerda, passando a se apoiar nas iniciativas revolucionárias das massas para chegar ao poder.

Uma semana depois da vitória de 9 de Abril, foi fundada a COB. “A irrupção das massas na luta em torno de um plano golpista motivou grandes mobilizações e a explosão do radicalismo que vinha desde 1946” (LORA, 1986, p.26). A dualidade de poderes se expressaria na chegada ao poder, com a queda do Estado oligárquico, de duas forças: o MNR, portador da revolução burguesa, apesar de ser um partido da pequena-burguesia, com grande participação operária e camponesa e a classe operária, que não tinha seu próprio partido.

Segundo Everaldo Andrade, porém, as clivagens táticas do período desenvolveram-se:

Entre a estratégia da revolução com conteúdo de reforma democrática e nacional (MNR) – e a revolução socialista que incorporava as medidas democráticas – a revolução permanente do Partido Operário Revolucionário (POR) (2007, p.18).

Lora descreve que a nova organização não agregou apenas proletários, mas também camponeses, estudantes, pequenos comerciantes, inquilinos, mulheres, intelectuais e artistas. Por seu caráter popular, tece de romper as tradições organizativas dos sindicatos, determinou peso diferenciado aos delegados dos setores operários e reconheceu publicamente como programa as teses de Pulacayo (1986, p. 26). Zavaleta considera que o movimento de massas teve um caráter espontâneo, o que revelaria a autenticidade e profundidade do movimento de massas boliviano. O reconhecimento das teses de Pulacayo, assim como a participação dos partidos em todo o processo lançam questionamentos à tese espontaneísta de Zavaleta.

Zavaleta evidencia a hegemonia da classe operária nos meses seguintes à revolução e destaca que, no continente, o proletariado boliviano seria a classe dotada de melhor sentido histórico, uma vez que em menos de 20 anos colocou na ordem do dia a construção de seus próprios órgãos de poder.

Lora relata que:

[...] a partir de 9 de abril, os sindicatos mais importantes tomaram em suas mãos a solução dos problemas vitais e as autoridades não tinham mais remédio do que se submeter a suas decisões. São estes sindicatos os que atuaram como órgãos de poder operário e colocaram o problema da dualidade de poderes às autoridades locais e nacionais (LORA, 1964).

Mais do que isto, a assembleia sindical “converteu-se em suprema lei e suprema autoridade”, abarcando atribuições legislativas, executivas e até mesmo chegaram a administrar a justiça (LORA, 1964). Zavaleta enfatiza que a COB era “sem dúvida, um órgão estatal, um soviete”, porém, à margem do partido operário (1977, pp. 85-86). No campo, os sindicatos camponeses tiveram, segundo Zavaleta, ainda mais características soviéticas. Foram as organizações camponesas que “tomaram em suas mãos a solução de todos os problemas da vida cotidiana dos habitantes de uma região” (ZAVALETA, 1977, p. 86). A reforma agrária, impulsionada pelas ocupações dos latifúndios organizadas pelos próprios camponeses, adquiriu, nas mãos do MNR um caráter conservador, como complementa Guillermo Lora (1999, p.228). Deteve-se na simples divisão em minifúndios, sem desembocar nem mesmo na nas tarefas da reforma agrária burguesa, impedindo até mesmo o desenvolvimento do mercado interno ou diminuição do preço dos alimentos como suportes para a industrialização.

A ausência do partido proletário, para o autor, fez com que a dualidade de poderes tenha tido o caráter de “embrião” que não se desenvolveu a ponto de tornar-se um Estado Operário. A espontaneidade das massas levaria a uma inevitável

degeneração, o que levou ao co-governo MNR-COB, conduzido pelo sindicalista do MNR Juan Lechín. “O poder material da classe foi substituído”, conforme Zavaleta, “por metade dos ministérios” (1977, p. 92). Juan Lechín, sindicalista mineiro, expressava a ala esquerda do MNR, no autodenominado bloco operário-camponês. Segundo Lora, o lechinismo expressava a política burguesa no seio do movimento sindical, mesmo que em alguns momentos tenha sustentado posições mais radicais e até mesmo reproduzido teses do trotskismo. Para Guillermo, o lechinismo foi fundamental para que a dualidade de poderes se resolvesse em favor do movimentismo. “A COB acabou integrando-se ao aparato governamental, isto depois de 1954, data de seu primeiro congresso” (1986, p.27).

Segundo Aldo Durán Gil, a criação da COB marca um ponto alto da conquista de autonomia política do movimento operário, ainda que esta luta tenha sido cheia de contradições. O caráter soviético inicial não conseguiu se manter ao longo do tempo, despontando novamente em conjunturas específicas. A hipótese do autor é:

o sindicalismo boliviano representado pela COB se configurou como um sindicalismo que combinou a luta reivindicatória e luta revolucionária, cuja oscilação se manifesta de acordo com as determinações do processo político boliviano (...). Vale dizer, se o proletariado boliviano constituiu-se na classe “revolucionária por excelência”, como afirmam a maioria dos autores, é porque ela encarnou a luta pelas transformações democrático-burguesas na ausência de uma “burguesia nacional” e diante da incapacidade da pequena burguesia de realizar tal revolução. A combinação da luta pela democracia burguesa e pelo socialismo, tal como aparece na Tese de Pulacayo (...) (DURÁN GIL, 2003, p. 74).

Diferentemente do primeiro governo do MNR, de 1943-1946, interrompido pelo assassinato do presidente Vilarroel, com a revolução de 1952 o nacionalismo cumpriu todo seu ciclo. Lora destaca que, às vésperas da revolução, o MNR propagou o anti-imperialismo e Victor Paz Estenssoro, representante da ala de centro do partido, se autoproclamou marxista. Nos primeiros momentos, o centro ficou refém da COB, base de sustentação da esquerda. O mesmo Paz Estenssoro, concluiu como ponto de apoio ao golpe de Estado de Banzer, que pôs fim à AP, em 1971, e como candidato presidencial de uma frente direitista em 1978-1979 (LORA, 1999, p.232).

Sobre as forças armadas bolivianas, é importante salientar que com a Revolução de 1952 o aparato repressivo foi dissolvido e substituídos por milícias organizadas pela COB. Posteriormente, sob o governo do MNR, o exército foi reconstituído, sob a direção de Lechin e com grande influência dos Estados Unidos neste processo de reorganização/modernização. Lora ressalta que “o imperialismo [...]

não buscou derrocar de imediato Victor Paz Estensorro, mas sim trabalhou lenta e cuidadosamente para convertê-lo em seu próprio instrumento” (1977, p. 236). Como contrapeso à presença do Pentágono, o governo impôs uma quantidade fixa de vagas para o campesinato e setores populares. Seus integrantes eram obrigados a se filiarem ao MNR (DURÁN GIL, 2003, p.276). Ideologicamente predominou no interior das forças armadas as ideologias oriundas da pequena burguesia, associadas à ideologia oligárquica das classes dominantes.

O que foi a Assembleia Popular de 1971?

A Assembleia Popular desenvolveu-se num contexto de aumento da intervenção norte-americana na América Latina, com uma onda de golpes militares (DURÁN, 2003, p.63). No plano econômico, a década de 1970 marca o esgotamento da recuperação da economia capitalista pós Segunda Guerra Mundial, que entrou em um ciclo recessivo do qual não saiu completamente até hoje. No Chile, o presidente Salvador Allende propunha a transição ao socialismo pela via democrática, a guerrilha de Che Guevara, mesmo com sua morte em território boliviano, em 1967, continuava inspirando grupos de esquerda por todo o continente. Os operários argentinos multiplicavam as comissões de fábricas a partir do Cordobazo, em 1969. O Peru era dirigido por um militar nacionalista, reformista e antioligárquico. A AP era vista pelo governo norte-americano como mais uma possibilidade de organização anti-imperialista, mas o caminho apontado pelos trabalhadores bolivianos diferenciava-se tanto das frentes populares e governos de unidade popular, quanto das propostas foquistas (LORA, 1984, p.36-39).

A AP teve sua abertura em 01 de maio de 1971 na sede do Palácio Legislativo, suas deliberações se iniciaram em 24 de junho e foram suspensas para retornarem em setembro. O golpe militar de 21 de agosto, do coronel Hugo Banzer, bloqueou seu desenvolvimento (LORA, 1984, p.3). Como antecedente imediato, em 1970, na Bolívia, as organizações sufocadas pela ditadura de René Barrientos (1964-1969), voltam a se reagrupar, reconstituindo-se após um período de intensa perseguição aos sindicatos e partidos e massacres operários. O documento orientador aprovado no XIV Congresso da FSTMB (Federación Sindical de los Trabajadores Mineros Bolivianos), realizado em abril, avaliava que a Revolução Nacional de 1952 fracassara, sendo urgente a configuração de um socialismo latino-americano. Como tática, propunha:

(...) a formação de uma frente nacional de trabalhadores, camponeses e forças revolucionárias em torno da COB, que oriente, promova e conduza o processo de libertação do país, que requer [e] que exige o povo boliviano (*apud* ANDRADE, 2002, p.62).

Isto levará à formação da AP: uma frente política antiimperialista em torno da COB. O documento também caracterizava a abertura democrática do General Ovando como limitada, exigia a nacionalização dos meios de produção e rechaçava a via do co-governo “que fechou o caminho da classe operária à conquista de todo o poder”. Em 1º de maio, realizava-se o IV Congresso da COB, os debates iniciais teriam sequência na AP: questionou-se a representação dos camponeses, com quatro delegações, uma vez que esta classe ainda estava comprometida com o pacto militar-camponês. O sindicalista Juan Lechin⁵ teve sua trajetória desde 1952 analisada pelos presentes no Congresso (apoiou o golpe de Barrientos e ocupou cargos centrais nos governos do MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário), mas a permanência de sua influência sobre camadas proletárias foi percebida ao chegar ao Congresso, foi ovacionado e eleito presidente da COB. A tese aprovada tinha como base o documento apresentado pelos trotskistas (POR), com emendas do PCB (Partido Comunista Boliviano) e foi considerada, posteriormente, base para Assembleia Popular. Mais do que reivindicações econômicas, apresentava um plano de governo, um programa revolucionário para o país.

A instabilidade política chegava a seu ápice em 1970. Em 06 de outubro, seis militares foram, por alguma fração de tempo, presidentes. As jornadas de 1970 levaram o general Juan José Torres (do setor nacionalista-reformista do exército) à presidência. Adepto do socialismo-militar, Torres desde 1969 criticava as diretrizes norte-americanas de defesa continental, que se baseava na repressão aos movimentos

⁵ Juan Lechín Oquendo (1914 - 2001) foi um líder sindical e Secretário Geral da FSTMB de 1944 até 1987 e da Central Operária Boliviana (COB) de 1952 à 1987. Expressou a influência do programa nacionalista em meio ao movimento operário boliviano. Durante a Revolução de 1952 (Bolívia) Lechin foi nomeado ministro de Minas e Petróleo de Víctor Paz Estenssoro. Ao mesmo tempo foi eleito secretário-geral Central Operária Boliviana (COB). Entre 1960 e 1964 foi Vice-presidente da Bolívia. Em 1964, foi expulso do MNR e fundou o Partido Revolucionário da Esquerda Nacionalista (PRIN). Além de romper com Víctor Paz Estenssoro, Lechin acabou apoiando o golpe militar do general René Barrientos (1964) que derrubou o MNR. No entanto, foi exilado. Em 1971 voltou ao país e participou da Assembleia Popular, defendendo a participação operária no governo Torres. Com o golpe militar de Hugo Banzer, Lechin é exilado novamente e, ao voltar à Bolívia, em 1978, é novamente eleito secretário-geral da Central Operária Boliviana (COB). Em 1980 foi candidato presidencial, novamente pelo PRIN, mas ante um novo golpe militar, exilou-se novamente. Em 1987, com 73 anos de idade, Lechin deixou a FSTMB (foi substituído por Filemon Escobar) e a COB (foi substituído por Genaro Flores). Morreu em agosto de 2001, com 87 anos de idade.

populares e de esquerda e aniquilamento das guerrilhas. Sua proposta era de um desenvolvimento econômico e social em que os militares exerceriam o papel de protagonistas. Para Torres, a defesa nacional deveria partir da proteção dos recursos naturais do país perante a “voracidade dos monopólios estrangeiros” (*apud* DURÁN GIL, 2003, p. 72).

No bojo das jornadas de 1970, a reunião ampliada da COB instituiu o seu Comando Político e do Povo (um bloco de partidos populares)⁶, exigiu o reconhecimento na condição de “Parlamento Operário e Popular”, além da expulsão dos grupos militares e civis fascistas e agências imperialistas, anistia geral e irrestrita para todos dirigentes sindicais e universitários e a imediata reposição salarial aos mineiros e a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores em geral. Dentre as exigências ao governo Torres, consta também no *Programa mínimo de planteamientos* a:

reestatização da mina Matilde (...); a revogação do decreto de indenização da Gulf Oil.; a reposição do controle operário com direito de veto, ampliando-o a todas as empresas do setor público e estabelecimentos privados; a manutenção das milícias operárias, para resguardar junto com as forças armadas, os interesses da nação; Plenas garantias de liberdade sindical irrestrita; a devolução das rádios operárias(...); Respeito à autonomia universitária e participação das universidades nos planos nacionais...; Atenção preferencial à educação profissional com vistas à organização de uma Escola Única; Aprofundamento da reforma agrária; Desenvolvimento econômico e social em função da independência nacional, com intervenção das organizações do povo; Controle fiscal das divisas estrangeiras e monopólio estatal do comércio exterior...; Revolução mineiro-metalúrgica acelerando o estabelecimento de fundições e usinas de refinação de nossos minerais, da petroquímica e da siderurgia em mãos do Estado; Política internacional independente e estabelecimento de relações com os Estados socialistas; Moralização da função pública (*apud* ANDRADE, p.83)⁷.

Torres ofereceu o co-governo, dentro do comando havia partidos que queriam aceitar, depois de muitos debates, a COB aceitou metade dos ministérios, mas com a condição de fornecer os nomes de dirigentes indicados por Assembleias, com mandato imperativo e revogável. Os ministros não podiam ser do Comando. Temendo sua desmoralização, Torres recuou. A pressão para que se forjasse uma aliança com Torres foi um dos maiores obstáculos à constituição da Assembleia.

⁶ Participavam do Comando Político vários partidos políticos, dentre os quais o PDCR (Partido Democrata Cristão Revolucionário), POR - Massas, MNR (fração anti Victor Paz), PCB, PRIN (Partido Revolucionário da Esquerda Nacional), PCML (Partido Comunista Marxista Leninista) e grupo Espártaco.

⁷ Este documento que listava as reivindicações do movimento operário e popular era assinado pela COB, FSTMB, CUB (Central Universitária Boliviana), dezenas de sindicatos, além de partidos políticos: PRIN, PCB, POR - Massas, PCML, MNR, PDCR e grupo Espártaco.

Em janeiro de 1971, setores do exército mais à direita tentaram tirar Torres da presidência, a tentativa de golpe foi respondida com uma greve nacional dos trabalhadores e a força da população nas ruas, convocada pela COB, destoando da falta de iniciativa de Torres.

A grande passeata composta de milhares de trabalhadores se dirigiu para uma concentração em frente ao Palácio presidencial aos gritos de “*Socialismo, Socialismo*”. Estudantes e trabalhadores com faixas pediam “*armas para o povo*”, “*Mina Matilde para o Estado*”, “*Paredão para os inimigos do povo*”, “*Morra o imperialismo norte-americano*”: “*Socialismo*”, “*Os operários no poder*”, “*Morte aos fascistas*” (apud ANDRADE, 2002, p.99).

Torres assume a presidência em um processo descrito por Aldo Durán Gil (2003, p.71) como a constituição em força social de um setor reformista radical da pequena e média burguesia com apoio decisivo da classe operária radicalizada. Esta força social teria se elevado como detentora do aparelho do Estado diante da extrema desorganização do bloco no poder. Torres, na visão de Aldo Durán, foi a expressão mais acabada do nacionalismo de esquerda, tendo sido obrigado a se radicalizar ante a emergência do proletariado na cena política, determinado a tomar o poder.

Em momento nenhum tal governo manifesta ser portador de poder próprio; ascendeu ao poder governamental com o apoio decisivo do proletariado e das massas populares aliadas ao populismo; logo converte-se em refém do proletariado e do Exército (DURÁN GIL, 2003, p.76).

Evitando a tradicional saída boliviana dos co-governos, em 11 de janeiro, o Comando da COB propõe a criação da AP como uma tentativa consciente de impulsionar a auto-organização e constituição de poder operário e popular a partir das mobilizações contrárias ao golpe do setor mais direitista do exército, que quase derrubou Torres. A Assembleia seria composta de 60% de delegações operárias, o que para Zavaleta “significaba que no se elegía un proceso democrático-formal, sino que se pensaba en efecto en la construcción de la dictadura del proletariado como definición del doble poder” (2009, p.196). Segundo Lora, a AP:

fue una elevada expresión de la nación oprimida por el imperialismo, es decir, correspondía al bloque de varias clases sociales, en cuyo seno el proletariado no pasaba de una pequeña minoría, por esto se hizo necesario darle trato privilegiado en el voto y poner cuidado en que la nueva organización proclamase sus fundamentos programáticos eran los adoptados por la COB y por la Federación de Mineros a fin de garantizar su dirección política (1984, p. 26-27).

Ademais, o predomínio de delegados operários respondia a que o campesinato ainda não tinha rompido com o Pacto militar camponês anticomunista, firmado em abril de 1964, ainda no governo de Paz Estensoro (MNR), já sob o comando do general Barrientos. O controle político do MNR sob os camponeses e indígenas era chamado de pongeaje (servidão) política. A Reforma Agrária de 1953 não foi suficiente para eliminar as relações de produção servis, baseadas em trabalho obrigatório do campesinato indígena. Relações que ainda vigoravam, na década de 1970, sobretudo nas regiões que concentravam os latifúndios (DURÁN GIL, 2003, pp.113-114). Assim, durante a instalação da Assembleia Popular, o campesinato era visto com desconfiança quanto a sua independência política, daí seu peso percentual menor na AP, ainda que constituíssem uma classe numericamente maior do que o proletariado. Torres, inclusive, tentou, sem sucesso, utilizar os camponeses para neutralizar a AP. Apenas um pequeno grupo de camponeses/indígenas, oriundos de comunidades aymaras do altiplano de La Paz, pede permissão para participar da Assembleia.

Os mandatos dos delegados na AP eram revogáveis e subordinados às bases, a maioria dos delegados foi eleita em Assembleias gerais e o ingresso de novos partidos deveria ser aprovado por 2/3 dos delegados, e estas organizações deveriam ter organização nacional e identificação com a linha política da AP, definida a partir da tese política da COB aprovada em abril de 1970. A AP teve 212 delegados. Fragilizado, Torres tentava incluir esta iniciativa das massas radicalizadas como uma prévia de sua Assembleia Nacional Constituinte, mas a AP recusou o papel de coadjuvante nos planos do presidente. No documento *La Asamblea y el poder ejecutivo*, de 26 de abril de 1971, lê-se:

A Assembleia Popular não tem nada em comum com a projetada Assembleia Nacional e para seguir não precisa da bênção constitucional nem da presidencial. (...) É decisão da Assembleia Popular atuar como verdadeiro órgão de poder das massas e do proletariado, ou melhor, que deixa de ser parlamento para converter-se em autoridade capaz de resolver os problemas e, ao mesmo tempo, executar suas decisões através dos métodos próprios da classe operária (*apud* ANDRADE, 2002, p.102).

O primeiro de maio de 1971 ilustrou a tentativa de Torres de se colocar à frente da AP. La Paz vivia um clima de euforia militante, 50 mil pessoas saíram às ruas, Torres e uma banda militar entraram na frente da marcha popular, porém os trabalhadores seguraram o ritmo até que Torres se distanciasse e mudaram a trajetória da manifestação, deixando o presidente isolado. Neste dia ocorreu a abertura da

Assembleia Popular, no próprio Palácio Legislativo, sem a presença de Torres (*apud* ANDRADE, 2011, p.106).

Ao lermos o documento *Bases de Constitución de la Asamblea Popular* de fevereiro de 1971 (*apud* LORA, 1987), identificamos suas principais características. A Assembleia Popular deveria ser um “órgão independente de poder popular”, de fiscalização do poder executivo e que “executará as decisões utilizando os métodos próprios da luta de classes operária”; resgatar o papel e funcionamento original da COB na sua fundação em 1952: uma Assembleia Popular que “se manifestou na ação executiva própria, sem se condicionar ao governo da nação”. O projeto de Assembleia criticava as formas tradicionais de parlamento: “a Assembleia Popular não pode ser uma variante do parlamento burguês, tanto em seu conteúdo como em suas funções”. Resgatando a tradição antiimperialista do movimento operário boliviano, propunha-se a “atuar conjuntamente com o executivo contra o fascismo e o imperialismo”. Também criticava a divisão dos três poderes do Estado, que seria destinada a preservar a ordem social existente: “Em todas as revoluções populares foi destruída a separação dos poderes”.

Sua primeira resolução alertava para o perigo do golpe militar e a necessidade de uma preparação do movimento popular e sindical, propunha a greve geral e a violência revolucionária para enfrentar os golpistas. Aprovou a bandeira de controle operário majoritário da mineração e de Universidade única dirigida pelo proletariado (LORA, 1980b). Os maoístas presentes na Assembleia tentaram dar um ultimato para que o conjunto dos delegados reconhecesse e apoiasse a orientação tática da guerrilha. O debate desagradou os delegados, que esvaziaram o plenário. Um operário do PCB propôs uma posição geral contra a repressão aos dirigentes e revolucionários, sem especificar nenhum partido. Com isso, os maoístas abandonaram a Assembleia.

Em relação à bandeira de controle operário majoritário da mineração, os mineiros convenceram o restante dos delegados de que a proposta tinha significação política e econômica, pertinente a todos os trabalhadores. Em 1971, a indústria mineira era responsável por 80% das divisas da Bolívia. A estatal COMIBOL, que passava por uma profunda crise, controlava 14 grandes minas, com 47% do valor das exportações. O estanho correspondia a 63% da produção. A defesa do controle serviria também como exemplo para outros setores. Um documento bastante completo foi apresentado pelos mineiros, com justificativa econômica, posicionamento ideológico, ponto de vista tecnológico, posicionamento político e organograma detalhado da estrutura

administrativa proposta. Segundo o projeto elaborado pela Federação dos Mineiros (FSTMB), de junho de 1971:

Lutaremos para conseguir que a participação operária na COMIBOL assegure ao mesmo tempo seu caráter de autonomia de corporação econômica e tecnológica, a consolidação da marcha segura e decidida dos operários para o poder, respaldando-a com o avanço para a propriedade e social (*apud* ANDRADE, 2011, p.185).

O texto trazia a crítica à experiência de 1952, quanto ao controle operário e difere-se pela exigência do controle coletivo dos mandatos, garantindo a eleição direta dos operários nos locais de produção, sem mandatos individuais, compondo diretórios locais e um Diretório Central. No projeto também constava a defesa da total integração da indústria de mineração, da extração até a comercialização, passando pela fundição.

Na assembleia, houve duas posições principais sobre o tema: uma de defesa, compreendendo o controle da mineração como uma consigna de transição para permitir que o conjunto da população visualizasse de forma mais clara o papel da AP, para que a radicalização se expandisse a ponto de avançar para a tomada do poder político e socialização do conjunto da economia, expressa pelos principais dirigentes mineiros, que conseguiram convencer o restante da assembleia. Outro setor, composto por delegados do PCML, MIR e ELN, partidos que priorizavam a luta armada e compostos majoritariamente pela pequena burguesia, defendiam que a medida era distracionista e que o armamento das forças da AP deveriam ser a prioridade. Zavaleta, que era dirigente do MIR, na época, manteve suas críticas em seus trabalhos posteriores, alegava que esta bandeira sinalizava um pacto com o governo Torres e expressava um caráter economicista do programa proletário, restrito a um “reivindicacionismo ampliado de classe” que trocava os interesses classistas a longo prazo por interesses econômicos imediatos (1977, p. 206).

A organização operária da produção, com a criação de novas instituições, é destacada nos escritos de Gramsci. A experiência dos conselhos de fábrica de Turim, nos anos 1920, era descrita como o início do surgimento do Estado operário e índice da capacidade revolucionária da classe. Outro precedente mais próximo foi a análise feita por Trotsky da participação operária na indústria nacionalizada no governo de Cárdenas, no México da década de 1930. Desfaz a comparação entre a participação dos operários na indústria nacionalizada com a participação dos socialistas em um governo burguês. E apresenta a participação em um ramo da indústria como oportunidade de oposição política. Assim, o revolucionário russo recomenda que os marxistas aproveitem as

situações que se apresentam dentro do capitalismo de Estado para impulsionar o movimento dos trabalhadores em direção ao socialismo. Ao analisar as oportunidades e riscos, aponta o perigo da contenção da classe operária por meio da participação das burocracias sindicais. Quanto às possibilidades revolucionárias, afirma que “baseando-se em suas posições nos ramos industriais de excepcional importância, os operários podem ir ao ataque contra todas as forças do capital e do estado burguês” (TROTSKY, 2009, p.142).

Afrontando um importante ramo do Estado burguês, o judiciário, aprovou-se a constituição dos Tribunais Populares. Uma comissão de Investigação ficou responsável por apurar os Crimes Políticos (dentre eles, o assassinato do dirigente mineiro Isaac Camacho). Votou-se pela instauração de tribunais populares revolucionários para responder à inoperância e cumplicidade da justiça burguesa que *"representa um mecanismo do sistema de dominação da oligarquia"*.

1o. Cria-se o sistema de tribunais populares revolucionários com jurisdição e competência nos seguintes assuntos:

- a) delitos e danos econômicos contra o Estado, as universidades e bens sindicais;
- b) entrega de riquezas naturais e avassalamento da soberania nacional;
- c) massacre de trabalhadores, representantes estudantis, populares, tortura e assassinato de trabalhadores e dirigentes sindicais revolucionários;
- d) prevaricação de funcionários públicos na montagem de processos judiciais para despistar investigações;
- e) organização de complôs contra-revolucionários em conivência com o imperialismo, o gorilismo e a reação (*apud* ANDRADE, 2002, p.207).

As universidades que passaram pela “Revolução Universitária” em 1970 (LORA, 1980b) também estavam em pauta. A Assembleia deliberou por uma Universidade única dirigida pelo proletariado. No plano da cultura, houve resoluções em defesa da arte revolucionária, presente nos murais de Miguel Alandía.

Apesar da resolução inicial da AP alertar sobre a iminência do golpe, não foi possível derrotá-lo. A preparação golpista iniciou-se em Santa Cruz, com apoio da ditadura brasileira, como parte do *Plan Cóndor*. Acabar com a AP estava entre as prioridades norte-americanas, junto com a destruição do governo de Salvador Allende no Chile e de Juan Velasco no Peru. No dia 19 de agosto de 1971, 80 mil pessoas atenderam ao chamado do Comando Político em La Paz para resistir ao golpe. Torres temia armar as massas. Atacou a esquerda, acusando-a de ter recusado uma aliança anteriormente e permitiu que o alto comando militar conspirasse sem bloqueios.

Depois de o povo exigir por 12 horas que o governo entregasse armas, o presidente entrega 400 velhos fuzis. A resistência ao golpe esteve nas mãos das forças sociais organizadas em torno da Assembleia Popular. Foram cinco dias de combate. Sem divisão do exército ou acesso às armas, a vitória militar era praticamente impossível, o que levou a um recuo dos trabalhadores (o que conseguiu impedir a destruição física do proletariado), muitos dos militantes de esquerda conseguiram se exilar. A ditadura de Banzer dissolveu a AP e fechou as universidades. Assim foi destruída a Assembleia Popular, que segundo o historiador inglês James Dunkerley:

Ainda que as deliberações da Assembleia fossem breves e em alguns sentidos inconclusas, era evidente que provocavam um movimento nacional de grande ímpeto e representavam uma ameaça direta não só para um governo sumamente frágil, senão para todo o sistema social do país. O grande número de correspondentes estrangeiros que havia chegado a La Paz para cobrir a notícia sobre a Assembleia, transmitiu uma versão similar à imprensa estrangeira (1987, pp.168-169).

Os três meses de duração da AP marcaram o ponto mais alto de radicalização das massas, em que houve possibilidades reais de tomada do poder por parte do proletariado boliviano (DUNKERLEY 1987, pp.168-169; DURÁN, 2003, p.61). Iniciava-se a aproximação de setores minoritários do campesinato e das forças armadas, que pediam representação na Assembleia. Além de La Paz, ergueram-se assembleias em outras províncias, como *Cochabamba, Oruro, Santa Cruz, Tarija, Tupiza, Sucre*.

Todo o período do governo Torres foi convulsionado pelas iniciativas das massas radicalizadas. Aldo Durán Gil (2003, p.79) elenca algumas destas ações: No movimento operário, a COB conquista a reposição dos salários congelados desde 1965; a readmissão dos trabalhadores demitidos durante a ditadura de Barrientos; e a reversão de contratos predatórios com a mineradora norte-americana MMC. Os mineiros tomam várias minas estatais e privadas. Trabalhadores da imprensa colocam sob controle operário o principal jornal conservador, *El Diálogo*. No campo, proliferam as ocupações de fazendas no oriente do país, onde concentravam-se os latifúndios. A juventude, sobretudo universitária, se manteve nas ruas contra a embaixada norte-americana e fez com que o governo expulsasse os “Corpos de Paz”. Nas universidades de todo o país, os estudantes impuseram a autonomia universitária. Os grupos armados, oriundos da pequena burguesia, promoveu sequestros de empresários e atentados contra a grande propriedade. No seio do exército, tropas e suboficiais lançam manifestos denunciando a opressão e despotismo da cúpula militar. Esta fração do exército, autodenominada

Vanguarda Militar do Povo (VPR) compareceu como simpatizante da Assembleia Popular e da luta pelo socialismo.

Neste contexto de intensa luta de classes, que beirava a guerra civil, o bloco no poder que estava desorganizado em meio à crise de hegemonia de 1969 a 1971 é reunificado por meio da ação do Exército. Forma-se a Frente Popular Nacionalista (FPN), que agrega o MNR-Estenssoro, a Falange Socialista Boliviana (FSB), a Confederação de Empresários Privados da Bolívia (CEPB) e uma facção nacionalista militarista conservadora. Assim, a FPN unifica o capital estrangeiro e as classes dominantes do país e busca mobilizar camadas da pequena-burguesia a favor do golpe. Para combater a “imminente comunização da Bolívia” a CEPB financia grupos armados de direita, como o Exército Cristão Nacionalista, que participam ativamente do golpe. Caso as massas conseguissem debelar o golpe, havia um plano das classes dominantes bolivianas com apoio norte-americano e das ditaduras do Brasil, Argentina e Paraguai de se entrincheirarem na cidade de Santa Cruz de la Sierra para criar uma república separatista (DURÁN GIL, 2003, p.80).

Aldo Durán Gil (2003, p. 66) aponta que na conjuntura de 1970-1971 condensaram-se várias crises e com o golpe de Banzer o sistema político populista e a Assembleia Popular foram destruídos, em um contexto de intensa luta de classes que beirava uma guerra civil. O objetivo do golpe seria o mesmo do de 1964: desmobilizar e liquidar politicamente o movimento operário e concretizar a hegemonia política do capital financeiro norte-americano em associação com o capital mineiro-exportador. Tais objetivos já eram anunciados no Relatório Rockefeller, de 1969 (*apud* IANNI, 1977, p. 295), que mostrava a “inviabilidade” dos regimes democráticos no subcontinente.

Debate teórico sobre a dualidade de poderes

A polêmica sobre a caracterização da Assembleia Popular como dualidade de poderes esteve presente nos debates da época dentro da esquerda, nas páginas dos jornais e até mesmo internacionalmente. Um diplomata brasileiro divulgou que se tratava do primeiro soviete da América Latina e jornalistas franceses traçavam paralelos com a Comuna de Paris.

Vejamos como a Assembleia Popular se definia, segundo seu estatuto, aprovado em 1º de maio:

(...) ainda não atuamos em uma revolução social, mas o período de transição da época atual, principalmente em nosso país, induz a conformar órgãos de governo central que constituam a expressão de uma política própria e de concentração de forças que atribuam à Assembleia a verdadeira qualidade de poder dual (*apud* Zavaleta, 2009, p.194, *tradução nossa*).

Na imprensa local o debate ocupava as páginas principais, por exemplo, no jornal *La Jornada*, de 22 de junho de 1971:

O povo boliviano começa a construir seu próprio poder revolucionário no rumo da corrente histórica, que na Bolívia, leva inexoravelmente ao socialismo. (...) à medida que a Assembleia Popular vai tomando impulso, aumentando seu potencial e robustecendo suas energias; a reação em seu conjunto vai se debilitando ante o impulso da revolução.

(...) Estamos na perspectiva de um duplo poder; por um lado o poder central oficialmente constituído pela Constituição política e a ordem jurídica vigente e o outro poder, o poder real do povo, expressado em seu próprio poderio. (...) A Assembleia Popular constitui a garantia mais sólida para o enfrentamento definitivo com o imperialismo (*apud* ANDRADE, 2011, p. 150).

Lora defendia que:

A Assembleia Popular era já o instrumento capaz de permitir à classe operária chegar ao poder. (...) A existência da Assembleia Popular atualizou o tema da dualidade de poderes. A classe operária, que enquanto é explorada e oprimida não tem em suas mãos o monopólio da riqueza nem de nenhuma outra forma de poder estatal, ao se incorporar à luta revolucionária e ao delimitar sua verdadeira fisionomia classista, se vê obrigada a criar elementos ou gérmenes de seu próprio poder (...) (1998, p.79, *tradução nossa*).

Quanto a considerar a Assembleia como órgão de poder ou embrião, Lora afirma que “El poder obrero no puede ser considerado como una dimensión dada de una vez por todas, sino como un proceso que se modifica constantemente” (1998, p.80, *tradução nossa*). Já Zavaleta considerava a AP como “un embrión avanzado de poder dual y no propiamente un poder dual, un esbozo y no la figura misma” (1977, pp. 105-106). Tal análise baseava-se na falta de um aparato de coerção, diferente de 1952, quando o exército foi dissolvido e substituído por milícias operárias. O autor reconhece, porém, que a AP foi a experiência estatal mais avançada da classe operária na América Latina (1977, p.122), porém atribui o fracasso da AP ao “espontaneísmo”, “obreirismo” e “sindicalismo”, em suas palavras: “Por esta vía, se puede decir que la Asamblea Popular fue la fase más alta del proceso populista de las masas bolivianas, en lugar de ser el primer órgano de poder de la revolución socialista” (2009, p.198).

Consideramos importante também recorrer ao referencial teórico produzido a partir de outras experiências de dualidade de poderes. Pretendemos analisar a experiência da Comuna de Paris, de 1871, e dos Sovietes, de 1917, e debater as contribuições teóricas que trouxeram à teoria marxista do Estado, uma vez que o problema fundamental de toda revolução é o poder do estado (LENIN, 1957a, p.28). Estas experiências têm como característica terem surgido por iniciativa dos trabalhadores e não como invenção das lideranças políticas e intelectuais.

Ou seja, através de sua ação espontânea, os trabalhadores enfrentavam o problema da construção da democracia socialista não para dar um *conteúdo novo* a uma *forma antiga* – a da representação tradicional parlamentar; mas para superar o velho conteúdo expresso na estrutura do Estado antes existente, tornando possível a emergência de uma nova forma relacionada com o outro Estado que surgia (MARTORANO, 2011, p.49).

A organização direta das massas indica uma forma transitória de poder político que, historicamente, manifesta-se com diferentes níveis de desenvolvimento, com peculiaridades, mas que aponta para a extinção do próprio Estado.

Em abril de 1917, Lenin publicou no *Pravda* o artigo *Sobre a dualidade de poderes*. Neste, aponta como peculiaridade da revolução russa o desenvolvimento da dualidade de poderes. “Nadie pensaba ni podía pensar antes en la dualidad del poder” (1957a, p.28). Neste texto, Lenin admite que mesmo as formas embrionárias já são manifestações do duplo poder:

¿En qué consiste la dualidad del poder? En que junto al Gobierno provisional, junto al gobierno *de la burguesía*, se ha formado *otro gobierno*, débil todavía, todavía en forma embrionaria, pero existente sin duda alguna y en vías de desarrollo: los soviets de diputados obreros y soldados. (...)¿Cuál es el carácter político de este gobierno? Es una dictadura revolucionaria, es decir, un poder que se apoya directamente en la conquista del mismo por vía revolucionaria, en la iniciativa directa de las masas del pueblo desde abajo, y *no en la ley* promulgada por el poder centralizado del estado [grifos no original] (LENIN, 1957a, p.28).

O estágio embrionário indica, porém, que se trata de um estado que não é um estado no sentido estrito da palavra (LENIN, 1957b, p.77). Trotsky, além de ter presidido o Soviete de Petrogrado, em 1905, também teorizou sobre a dualidade de poderes:

O mecanismo político da revolução consiste na transferência do poder de uma classe para a outra. A insurreição, violenta por si mesma, realiza-se habitualmente num curto espaço de tempo. Nenhuma classe historicamente definida pode sair da sua situação subalterna para, numa noite, elevar-se ao poder, mesmo que se tratasse de uma noite de revolução (TROTSKY, 1978, p.184).

A dualidade revela-se, para Trotsky, quando classes antagônicas apóiam-se em organizações estatais incompatíveis, “uma, caduca, a outra, formando-se – que, a cada passo, repelem-se no âmbito da direção do país” (TROTSKY, 1978, p.185).

Lenin conclui que os soviets eram o mesmo tipo de Estado da Comuna de Paris de 1871, que tinha como características: 1) a iniciativa direta das massas populares (a partir de baixo) como fonte do poder; 2) O armamento direto do povo oposto ao exército e à polícia como instituições apartadas das massas; 3) A substituição da burocracia pelo governo direto do povo, submetido ao controle das massas por meio de mandatos revogáveis e remuneração igual à de um operário qualificado. “En esto y *sólo* en este radica la *esencia* de la Comuna de París como tipo específico de Estado [grifos no original] (LENIN, 1957a, p.29).”

Ao analisar a Revolução de fevereiro de 1917 no projeto de plataforma para o Partido Proletário, Lenin afirma que o proletariado chegou ao “umbral” da ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses (1957b, p.52). Este período transitório é marcado pela instabilidade, pois a dualidade de poderes, que não pode durar muito tempo, pois em um mesmo Estado não podem existir dois poderes, o que leva a uma tentativa de aniquilar ou o poder dos soviets dos deputados soldados e operários ou o da burguesia. O mesmo problema é mostrado por Trotsky: “A vitória sobre a ‘anarquia’ do duplo poder constitui, a cada novo período, a tarefa da revolução, ou então... da contrarrevolução” (TROTSKY, 1978, p.185). O revolucionário russo complementa que as contradições intoleráveis do duplo poder levam à guerra civil e substituição deste cenário de instabilidade para uma ditadura, seja ela correspondente à classe que ascende ao poder ou à que consegue se conservar. A transferência do poder a uma nova camada social não coincide, portanto, com os ciclos das instituições parlamentares (1978, p. 189).

René Zavaleta Mercado questiona se o duplo poder é generalizável a todas as revoluções. Aponta que em Lenin e Trotsky há teorias distintas sobre a dualidade de poderes. “Trotsky plantea la dualidad de poderes como una ley social, en contraposición a la ‘peculiaridad esencial’ que ve en ella, como un fruto puro de la historia rusa, de su modo superpuesto de suceder” (1977, p.41). De fato, Trotsky define a dualidade de poderes como “uma condição peculiar a crises sociais”, que só é possível em épocas revolucionárias, inclusive sendo um critério para definir uma crise revolucionária (1978, p.184). Ou seja, não a restringe à Revolução de Outubro de 1917, apesar de esta ter sido sua manifestação mais nítida. Ele aponta como antecedentes o exército de Cromwell e,

posteriormente, a organização dos *levellers* na Revolução Inglesa de 1640, a Assembleia Constituinte na Revolução Francesa de 1789 e a Comuna de Paris de 1871 (p.186-189). Seus estudos posteriores sobre a Guerra Civil Espanhola e Revolução Chinesa também colocava na ordem do dia a constituição deste tipo de organização dos oprimidos (TROTSKY, 2011, pp. 345-347).

As tentativas das classes populares de fazerem o poder pender para seu lado não são já um duplo poder.

O caráter de um regime político é diretamente determinado pela relação das classes oprimidas com as classes dominantes. A unidade de poder, condição absoluta para a estabilidade de qualquer regime, subsiste enquanto que a classe dominante consegue impor à sociedade inteira as suas formas econômicas e políticas como as únicas possíveis (TROTSKY, 1978, p.184).

A peculiaridade dos soviets aparece nos textos de Lenin:

Hemos promovido, manifiestamente, formas que no se parecen en nada a las formas del estado burgués: los soviets de obreros y soldados es una forma de estado que no existe ni ha existido nunca. Una forma que representa ya el primer paso hacia el socialismo y resulta inevitable en los comienzos de la sociedad socialista. Este un hecho decisivo. La revolución rusa ha creado los soviets. En ningún país burgués del mundo existen ni pueden existir instituciones estatales semejantes, y *ninguna revolución socialista puede operar con otro poder que no sea éste* (LENIN, 1957c, p.235, grifo nosso).

Pelas leituras feitas até o momento, nos parece que Lenin mostrava a particularidade da forma de poder dos soviets em oposição à república burguesa, de sua transformação em base do Estado soviético. Mesmo que em outros processos revolucionários tenham existidos órgãos de dualidades de poderes, necessários à transição entre um tipo de estado a outro, estes órgãos, após o ascenso revolucionário foram substituídos por formas de poder que excluía as massas que participaram das lutas. Assim, Lenin admitia que os soviets eram semelhantes ao Estado Comuna e já o incorporava a todas futuras tentativas de passagem para o socialismo.

Rosa Luxemburgo também incorporava os órgãos de poder criados pelas massas a qualquer revolução proletária, conforme seu discurso sobre o programa, no congresso de fundação do Partido Comunista Alemão (PCA), em 30 de dezembro de 1918: “cualquiera que sea el país donde estalle la próxima revolución proletaria (...) el primer paso será la formación de consejos de obreros y soldados.” (LUXEMBURGO, [1918c] p.421). Sua premissa era a defesa da experiência dos soviets russos.

Em *O Que Quer a Liga Espartaco?*, apresenta o programa do PCA e defende que os órgãos estatais de dominação burguesa, dos menores aos maiores, devem ser

substituídos pelos conselhos de operários e soldados. Ela ressalta a importância da ação proletária de massas para dar vida aos decretos revolucionários. Luxemburgo reflete sobre a experiência da revolução alemã, de 1918, em que o sistema de conselhos instaurado na sua primeira fase foi atacado e abolido pelo governo contrarrevolucionário. Sua conclusão é que é necessário expandir este sistema também para os trabalhadores rurais e camponeses. Diante da tarefa da tomada do poder, Rosa diz que o problema se coloca da seguinte maneira:

¿Qué puede hacer, en cada lugar de Alemania, cada consejo de obreros y soldados? Esa es la fuente de poder. Debemos minar el Estado burgués, debemos, en todas partes, poner fin a la separación de poderes públicos, a la división entre los poderes ejecutivo y legislativo. Esos poderes deben unificarse en manos de los consejos de obreros y soldados (LUXEMBURGO, [1918c], p.432).

A revolucionária polonesa apresentava esta conquista do poder como um ato progressivo de ocupação de instituições do Estado burguês e de luta econômica conduzida pelos conselhos operários. “Los consejos deben ejercer todo el poder estatal” ([1918c, p. 433). Luxemburgo apontava, porém, que era necessário educar as massas para entenderem os conselhos como eixo da máquina estatal, que deve concentrar todo o poder e ter o único propósito de realizar a revolução socialista. Este aprendizado, pela conjuntura vivida, só poderia ser realizado no próprio exercício do poder, na escola da ação.

Assim, o programa da Liga Espartaco propunha uma série de medidas de desarmamento da polícia, milícia operária, eleição de superiores pela tropa, tribunal revolucionário para julgar os culpados pela guerra, dentre outras medidas. O documento destaca a necessidade de suprimir os parlamentos e conselhos municipais, que seriam substituídos pelos conselhos de operários e soldados, com eleição destes conselhos em todo o país, com a participação da classe trabalhadora adulta de ambos os sexos, na cidade e no campo. Os mandatos seriam revogáveis. Haveria um Conselho Central eleito que, por sua vez, teria um Conselho Central Executivo.

Trotsky defende que o duplo poder não contraria a teoria marxista do Estado,

Se o Estado é uma organização da supremacia da classe e se a revolução é a *substituição* da classe dominante, a transmissão do poder, de uma para outra deve, necessariamente criar antagonismos na situação do Estado, principalmente sob a forma de uma dualidade de poderes. A relação de forças das classes não é uma grandeza matemática, suscetível de cálculo a *priori*. Quando se altera o equilíbrio do velho regime, a nova relação de

forças só se pode estabelecer como resultado da sua verificação recíproca na luta. E é isso a revolução (TROTSKY, 1978, p.190).

Ao descrever vivamente o afluxo dos trabalhadores urbanos, camponeses, donas de casas e soldados aos soviets, é levantado um dos pontos que nos interessa conhecer na experiência boliviana, procuraremos conferir como as bases dos delegados eleitos para a Assembleia Popular se relacionavam com este organismo. Na Rússia, as experiências de 1905 e 1917 permitiram esta identificação entre as bases e os soviets:

Os operários, os soldados, os camponeses, levavam a sério os acontecimentos. Achavam que os Soviets, criados por eles mesmos, deviam tratar imediatamente da supressão das calamidades que haviam engendrado a revolução. Corriam todos para os Soviets. Para lá cada um levava um sofrimento particular. Ora, que seria aquele que não tivesse um sofrimento? Exigiam-se decisões, esperava-se auxílio, esperava-se justiça, insistia-se pelas represálias. Procuradores, queixosos, solicitadores, acusadores, acreditavam que o poder hostil já houvesse sido substituído pelo seu próprio poder. O povo confia no Soviete, o povo está armado; logo, o Soviete é, com certeza, o Governo. Assim o compreendia o povo – e não tinha razão? Um fluxo ininterrupto de soldados, de operários, de mulheres de soldados, de pequenos comerciantes, de empregados, de mães e de pais, abriam e fechavam as portas, perquiriam, questionavam, choravam, reclamavam, impunham medidas, indicando, às vezes, com exatidão, quais seriam elas – e transformavam o Soviete em poder revolucionário real (TROTSKY, 1978, p. 206).

Este reconhecimento e esta confiança são elementos importantes de transformação dos organismos de dualidade de poderes em poder revolucionário real, uma vez que, neste processo, há uma confiança na organização coletiva, esvaziando de autoridade as instâncias da democracia formal. Luciano Martorano condiciona a indispensabilidade dos conselhos operários na luta pelo socialismo a sua capacidade de serem “expressão viva do movimento real dos trabalhadores”.

Assim, os conselhos podem se tornar o *locus* do encontro político entre os partidos revolucionários e os trabalhadores. E o principal critério para a avaliação de seu caráter é dado pelo conteúdo de sua atividade prática, e não por suas intenções ou declarações (MARTORANO, 2011, p.59).

As experiências de autogoverno apontam também para a superação das ilusões democráticas e da crença na possibilidade de se chegar ao socialismo gradualmente pela via parlamentar. Gramsci compreende a “conquista do Estado” como “creación de un nuevo tipo de estado generado por la experiencia asociativa de la clase proletaria y sustitución por él del Estado democrático-parlamentario” (*Ordine Nuovo*, 12 de julho de 1919) (*apud* MAGRI, 1977, p.20).

No artigo *Democracia obrera*, Gramsci e Togliatti se questionam como disciplinar e dar forma política às imensas forças sociais desencadeadas pela guerra a ponto de convertê-las na “armazón del estado socialista em el cual se encarnará la ditadura del proletariado” (1919, p.89). Este estado socialista, para os autores, existe potencialmente nas instituições da vida social dos trabalhadores e explorados, tais como as comissões internas de fábricas, as comunidades camponesas e círculos de bairros. Caberia então a tarefa de unir estas instituições, e centralizá-las, respeitando a autonomia necessária.

(...) significa crear desde ahora una verdadera democracia obrera, em contraposición eficiente y activa com el estado burguês, preparada ya desde ahora para substituir al estado burguês em todas sus funciones esenciales de gestión y de dominio del patrimonio nacional (GRAMSCI & TOGLIATTI, 1998, p. 89).

Assim, os comunistas italianos propunham a consigna: “Todo o poder do Estado aos conselhos operários e camponeses”. O aprofundamento da democracia operária permitiria que as massas ganhassem experiência política e administrativa. Apesar de afirmar a necessidade de incentivar o surgimento espontâneo de órgãos de poder, Gramsci e Togliatti ressaltam que para que isto desemboque na formação de um novo estado, não é o caminho do improvisado que deve ser trilhado. Assim, na ditadura do proletariado confluíam as experiências institucionais da classe oprimida e a vida social da classe operária e camponesa se converteria em sistema geral e organizado (1998, p.91). Neste caso, também a experiência soviética dos russos é evocada.

No artigo *La conquista del Estado*, Gramsci explica que “el estado socialista no puede encarnarse en las instituciones del estado capitalista” (1998, p.95). Assim,

(...) deben surgir y desarrollarse instituciones de tipo nuevo, de tipo estatal, que reemplazarán las instituciones privadas y públicas del estado democrático-parlamentario. Instituciones que sustituyan a la persona del capitalista en las funciones administrativas y en el poder industrial y realicen la autonomía del productor en la fábrica (GRAMSCI, 1998, p.96).

Apesar de detectar que entre as massas italianas manifestava-se a convicção de que este estado operário deveria estar encarnado em um sistema de conselhos, faltava uma ponte tática. Por isso Gramsci propunha a criação de uma rede de instituições proletárias e camponesas.

Assim, não identificamos uma teoria diferente sobre os organismos de dualidade de poderes seja em Lenin, Trotsky ou mesmo Luxemburgo e Gramsci. A

única diferença é que Trotsky foi quem melhor sistematizou a análise sobre a relação entre estes organismos e a teoria marxista sobre as formas transitórias de poder político.

CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Considerações provisórias

Apresentamos neste artigo reflexões que ainda estão em processo de elaboração, por isso, falta uma melhor articulação entre as experiências descritas. A análise da atual conjuntura boliviana, porém, indica a atualidade da discussão sobre a dualidade de poderes não por sua presença, mas justamente por sua ausência. Após novas insurreições como as Guerras do Gás e da Água, em 2003 e 2005, mesmo com a criação de organismos para centralizar as lutas, a candidatura de Evo Morales as esperanças dos trabalhadores, camponeses e nacionalidades indígenas foram canalizados para o processo da Assembleia Constituinte, cujos limites já aparecem nos mais recentes conflitos entre o governo de Evo Morales e as nacionalidades indígenas, no caso da construção da rodovia no Território Indígena Parque Isiboro Secure (TIPNIS); na resposta ao gazolinazo e outros protestos protagonizados por professores e operários.

Conhecer profundamente estes acontecimentos que se desenrolaram nos últimos 50 anos nos parece relevante para que a velha saída de reconstituição da democracia burguesa possa ser suplantada pela saída da auto-organização dos oprimidos, sob a direção do proletariado, com o objetivo de derrocada do sistema capitalista e início da transição ao socialismo.

Neste sentido, retomar as teses originais do marxismo sobre a questão do Estado nos parecem essenciais, seja diante da degeneração burocrática que atingiu os Estados Operários, mas, sobretudo, diante do “cretinismo parlamentar”, nas palavras de Marx, que parecem obscurecer as vias das esquerdas eleitorais que fazem da tática eleitoral sua estratégia para galgar postos no Estado.

Evidentemente, cada momento histórico e cada geografia têm as suas particularidades e não há modelos a serem repetidos. Mas há a possibilidade de que as lutas do passado se mantenham vivas na memória popular e possam servir de aprendizagem e inspiração.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Comuna de La Paz*. História da Assembleia Popular de 1971. 365p. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. FFLCH – Departamento de História. São Paulo, 2002.
- _____. *Bolívia: democracia e revolução*. A Comuna da la Paz. São Paulo, Alameda, 2011.
- _____. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- DORAKIS, Elias Vacafior. *Tarija: Historia de Cabildos Abiertos (1825-1826)*. La Paz: FUNDAPPAC, 2009.
- DUNKERLEY, James. *Rebelión en las venas*. La lucha política en Bolivia 1952-1982. La Paz: Ed. Quipus, 1987.
- DURÁN GIL, Aldo. *Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)*. 496p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2003.
- _____. Bolívia: duas revoluções nacionalistas? *Perspectivas*, São Paulo, v. 33, p. 157-189, jan./jun. 2008.
- _____. Análise marxista do processo político boliviano pós-2005. In: *Anais do 6º Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, 3 a 6 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/analise-marxista-do-processo-politico-boliviano-pos-2005.pdf. Acesso em: 22 de abr. de 2012.
- FSTMB. Tesis de Pulacayo. Tesis Central de la Federación Sindical de Trabajadores Mineros de Bolivia. Aprobada sobre la base del proyecto presentado por la delegación de Llallagua. Bolívia, 1946. Disponível em: <https://www.marxists.org/espanol/lora/1946/nov08.htm>. Acesso em 01 de agosto de 2014.
- GRAMSCI, Antonio e TOGLIATTI, Palmiro. Democracia Obrera (artículo de *L'Ordine Nuovo*, 21/06/1919). In: *Escritos políticos (1917-1933)*. México: Siglo XXI, 1998. Pp.88-92.
- GRAMSCI, Antonio. La conquista del Estado (artículo de *L'Ordine Nuovo*, 12/06/1919). In: *Escritos políticos (1917-1933)*. México: Siglo XXI, 1998. Pp. 92-97.
- IANNI, Octávio. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- JUSTO, Liborio. *Bolivia: La revolución derrotada*. Buenos Aires: Ediciones ryr, 2007.
- KAUTSKY, K. *A Ditadura do Proletariado*. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979.
- KLEIN, Herbert S. *Haciendas y ayllus em Bolivia, SS. XVIII y XIX*. Lima: IEP, 1995.
- LENIN, V. I. Acerca de la dualidad del poder. In: *Obras completas*. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957a, pp. 28-31.
- _____. Las tareas del proletariado en nuestra revolución (proyecto de plataforma para el partido Proletario. In: *Obras completas*. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957b, pp. 46-83.
- _____. Septima Conferencia del P.O.S.D.R. (b). In: *Obras completas*. Tomo XXIV. Buenos Aires: Cartago, 1957c, pp. 219-307.
- _____. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: *O Estado e a revolução. A revolução proletária e o renegado Kautsky*. Trad. por Henrique Canary. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.
- LORA, Guillermo. *La Revolución boliviana*. La Paz: Ed. Difusión, 1964.
- _____. *El proletariado em el processo político*. La Paz: Ediciones Masas, 1980a.
- _____. *Problemas de la reforma universitaria*. La Paz: Ediciones Masas, 1980b.
- _____. *Lecciones de La Asamblea Popular*. La Paz: Ediciones Masas, 1984.
- _____. *Soviet (Asamblea Popular) y dualidad de poderes*. 15º aniversario de la Asamblea Popular. La Paz: Ediciones Masas, 1986.
- _____. (org.). *Documentos políticos de Bolívia*. La Paz: Amigos del libro, 1987.
- _____. *Liberación de las naciones oprimidas*. La Paz: Ediciones La Colmena, 1992.
- LUXEMBURGO, Rosa. *O Que Quer a Liga Espartaco?*, 2008 [1918a]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/14.html>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.

- _____. *Assembleia Nacional ou Governo dos Conselhos?* [1918b]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/17.htm>. Acesso em 16 de dezembro de 2013.
- _____. *Discurso ante el Congreso de Formación del Partido Comunista Alemán* [1918c]. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/luxem/13Discursoanteelcongresodefundaciondelpartidocomunistaaleman_0.pdf. Acesso em 09 de fevereiro de 2014.
- LOS CUATRO primeros congresos de la Internacional Comunista. *Cuadernos de Pasado y Presente*. 47. Buenos Aires, 1973.
- MAGRI, Lucio. Parlamento o consejos obreros. In: GERRATANA, Valentino et al. *Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de pasado y presente*. Ciudad de México: siglo XX editores, 1977. pp.15-37.
- MARTORANO, Luciano Cavini. *Conselhos e Democracia. Em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.
- MARX, Karl. A guerra civil na França. In: Marx, Karl; Engels, Friedrich. *Textos*. Volume 1. São Paulo: Alfa-ômega, 1977. Pp. 155-218.
- POULANTZAS, N. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978a.
- _____. *Fascismo e ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978b.
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- SAAVEDRA, Bautista. *El Ayllu*. Segunda parte, Proceso Mochoza. La Paz: Editora Urquiza, 1998.
- SALVADORI, Massimo L. *Orígenes y crisis del soviétismo*. In: GERRATANA, Valentino et al. *Consejos obreros y democracia socialista. Cuadernos de pasado y presente*. Ciudad de México: siglo XX editores, 1977. pp. 39-56.
- TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. 1º. Volume. A queda do Tzarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *A Revolução Espanhola e as tarefas dos comunistas*. In: *A teoria da Revolução Permanente*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2011.
- _____. *A indústria nacionalizada e a administração operária*. In: *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Ediciones Iskra; Buenos Aires: CEIP, 2009.
- ZAVALETA MERCADO, René. *El Poder Dual*. Siglo XXI editores: México, 1977.
- _____. *La autodeterminación de las masas*. Compilador Luis Tapia. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.